

# Uma manifesta injustiça: as vilas de Uberaba e Desemboque em conflito de interesses em meados do século XIX

Estevão de Melo Marcondes Luz<sup>1</sup>

1864

*Senhores deputados à Assembléa Legislativa Provincial*

*Constando à Câmara Municipal da Villa do Desemboque, que a da cidade de Uberaba se dirigira à esta Ilustrada Assembléa pedindo a supressão da mesma Villa e a incorporação de seu município ao daquella cidade, e de outras, não pode conservar-se em silêncio, ser indifferente à um negócio tão importante, e não levantar suas vozes contra uma pretensão sobremaneira odiosa, e inteiramente contraria aos interesses, e ao bem publico do grande município, que representa e por isso vem perante esta Ilustre Assembléa offerecer à consideração dos dignos representantes da Provincia as considerações, pelas quaes se persuade da injustiça da pretensão d'aquella municipalidade.*

*Desde 1850 a Villa do Desemboque está na posse e no gozo das prerogativas de Município e gozando das vantagens, que disso lhe resultta, e desde em tão até agora tem constantemente satisffeito a todas as exigências do serviço publico: esses direitos pois tão justamente adquiridos não podem ser tão facilmente preteridos sem grave injustiça aos povos do município.*

*O actual município se compõe de quatro importantes Districtos, os quaes por sua posição topographica não podem ser divididos, subdivididos, e incorporados à municípios diversos: por quanto o Districto da Villa dista do Araxá dez ou doze legoas de mau caminho: o do Sacramento dista da Uberaba onze legoas: o de S. João Baptista dista de Pinhuhy dezotto legoas e o do Espírito Santo da Torquilha dista de Passos treze legoas tendo a paçar-se em canoas o caudaloso Rio Grande, ao passo que todos estes Districtos estão próximos da Sede da Villa, separados apenas por pequenas distancias, e por excellentes estradas.*

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Franca) e professor na Universidade de Franca (UNIFRAN).

*A supressão pois desta Villa é sem dúvida uma manifesta injustiça, e uma medida contraria ao bem público.*

*A Câmara por tanto insta pela conservação da Villa, e quando por ventura em Vossa Sabedoria julgueis útil a confecção desta medida seja ao menos conservado o município com todos os seus elementos e transferida apenas a Sede da Villa.*

*Um de seus Districtos, o do Sacramento, excellente povoação cercada de matas abundantes, e habitado por fazendeiros abastados, em breve será o ponto mais importante do centro, não só por que ali se cruzão estradas comerciais, que se dirigem à pontos muito importantes, como por que a construção da nova ponte sobre o Rio Grande no lugar denominado o Juanguará = chamando para ali todo o comércio do centro em breve o tornará de uma importância comercial incontestável.*

*A Câmara pois persuadida da vantagem, que pode resultar da transferência da Villa para aquele Districto, vem reclamar de Vossa Illustração, e do desejo que tendes de bem = fazer à Província, que dignamente representais, a confecção de uma medida, ou acto legislativo, que, ou conserve a Villa no estado em que está, ou transfira a sua sede para o Arraial do Sacramento, e comieta da justiça de sua exigência confia no Vosso acrisolado Patriotismo e espera ser attendida por que a medida que reclama é filha da justiça, e a promotora do bem público.*

*A Câmara aproveita esta oportunidade para significar a esta Illustrada Assembléa os protestos de sua consideração e respeito.*

*Deos Vós Guardem, Senhores Deputados à Assembléa Provincial como a Província é mister.*

*Paço da Câmara Municipal em sessão de 19 de Abril de 1864.*

*Francisco José da Silva*

*Presidente*

*Domingos Vieira Pontes*

*Manoel de Espirito Santo e Oliveira*

*João Pereira de Almeida*

*Fortunato Ferra. de Sza.*

*O Secretário*

*Manoel José d' Oliveira França<sup>2</sup>*

<sup>2</sup> Localização do documento: Sessão Provincial – Assembleia Legislativa Provincial, AL 1/5 – cx. 5, Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, MG.

## Apresentação

O manuscrito acima, um documento inédito e cuja transcrição buscou manter a grafia e a estrutura original, para melhor compreensão e pela própria historicidade do mesmo, foi enviado à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais pela Câmara Municipal da Vila do Desemboque. O documento revela muito da problemática vivida naquele momento pelos habitantes daquela região. Este texto pretende esclarecer alguns dos problemas que se abatiam sobre aquela população e que foram relatados oficialmente através de cartas que chegaram ao legislativo do governo provincial e do próprio governo imperial. Para tanto será necessário resgatar aqui um histórico das disputas regionais travadas entre as vilas de Uberaba e Desemboque para se compreender o conteúdo do manuscrito aqui comentado e sua finalidade dentro daquele contexto específico. Na transcrição do manuscrito, como já adiantamos, buscou-se manter a grafia original do texto, assim foram mantidas as letras maiúsculas que aparecem ao longo do documento, a pontuação e acentuação. Os parágrafos também estão dispostos de acordo com o manuscrito original, assim como as assinaturas dos membros da câmara, possibilitando ao leitor uma visão geral do texto que seja a mais próxima possível do original.

As vilas do Desemboque e Uberaba, protagonistas do conflito que aqui se busca analisar, foram fundadas no

*Triângulo Mineiro* em momentos diferentes, numa época em que a região ainda era conhecida por *Sertão da Farinha Podre*, e já na primeira metade do século XIX disputavam a liderança política e econômica daquela vasta e importante região da província de Minas Gerais. O Desemboque havia sido fundado em meados do século XVIII, no contexto de exploração de pedras e metais preciosos e de avanço para o interior do Brasil colonial, e Uberaba teve início no começo do século XIX no movimento de ocupação daquele território por famílias de colonos em busca de terras de cultura, quando já ia perdendo importância a atividade de mineração.

Durante pesquisas realizadas no acervo do Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, para confecção de minha dissertação de mestrado, me deparei com o referido manuscrito. Logo me chamou a atenção, pois já conhecia um pouco da história, dos personagens e da disputa regional travada entre as duas referidas vilas. O manuscrito, portanto, representava mais um elemento interessante na história daquela região e de seus anseios em participar da vida econômica, social e política do Império.

Em primeiro lugar, este manuscrito é um documento oficial que visava combater outros documentos, anteriores a este, que foram enviados à Assembleia Legislativa Provincial pela Câmara Municipal de Uberaba. Um destes pedia aos deputados provinciais a supressão da Vila do Desemboque e

a sua incorporação a municípios vizinhos, como era o caso de Uberaba, que seria beneficiada com uma parte importante dos espólios do antigo Desemboque. A questão era muito séria, pois envolvia aspectos jurídicos, geográficos e até mesmo as relações familiares e religiosas de toda aquela população. No entanto, a rixa entre as vilas era ainda mais antiga e vinha se arrastando com o passar dos tempos, tomando um rumo mais acentuado com a morte do cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswick no ano de 1861.

O cônego Hermógenes Brunswick foi o primeiro vigário colado da Matriz de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque, onde atuou por quase cinquenta anos, e tornou-se um dos mais importantes líderes políticos de todo o vasto Sertão da Farinha Podre durante o século XIX. Foi vereador e presidente da Câmara Municipal do Desemboque por muito tempo, participou ativamente da Câmara Municipal de Araxá, foi eleito deputado provincial por Minas Gerais de 1850 a 1857 e também deputado geral no período de 1857 a 1860, quando se afastou da Câmara dos Deputados por motivos de saúde. O cônego foi também um dos representantes eleitos para as Cortes de Lisboa em 1822, episódio pouco conhecido de sua atuação política pois a deputação mineira não chegou a sair do Brasil.<sup>3</sup> Até

<sup>3</sup> Sua eleição para as Cortes de Lisboa já havia sido ressaltada pelo memorialista Antônio Borges Sampaio, que fora correspondente do Arquivo Público Mineiro (APM) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). No entanto, seu

o dia de sua morte ele foi o mais importante defensor dos interesses da freguesia do Desemboque e orientou constantemente a Câmara Municipal daquela vila na condução de seus trabalhos, na defesa de seus interesses e na sua relação com as Assembleias Provincial e Geral durante o Império.

Os atritos com a Vila de Uberaba eram antigos e por seguidas vezes foram enviadas representações de ambas as vilas ao legislativo da província. A própria paróquia de Uberaba havia sido criada nas primeiras décadas do século XIX sendo desmembrada da freguesia do Desemboque. Era, portanto, uma filha do Desemboque. Uma filha que se levantava contra sua mãe aproveitando-se da nova configuração daqueles sertões. O conflito entre as vilas já havia envolvido até mesmo as autoridades religiosas de Goiás quando do desentendimento sobre as divisas entre as duas paróquias.<sup>4</sup>

Um dos pontos mais altos deste conflito de interesses regionais estava relacionado à construção de uma ponte sobre o Rio Grande que conectasse as províncias de São Paulo e Minas Gerais.

---

nome não consta na relação de deputados mineiros eleitos. Este fato foi analisado por Marcus Caetano Domingos na dissertação intitulada *D. Hermógenes e a eleição para as Cortes de Lisboa na Comarca de Paracatu e na Província de Minas Gerais: 1821-1822*. Dissertação (Mestrado em História) São Paulo: USP, 2007.

<sup>4</sup> Sobre a questão é importante uma breve explicação. Todo o Sertão da Farinha Podre pertenceu à Prelazia de Goiás, que foi elevada à condição de Bispado pela bula de Leão XII, de 15 de junho de 1826. In: ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás do ano de 1863*. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 1979, p. 294.

A ponte era uma cobrança antiga dos habitantes daqueles sertões, pois traria benefícios diversos para o comércio regional – que incluía também o trânsito de mercadorias variadas de regiões muito distantes, como Mato Grosso e Goiás, até a Corte – e para a própria ocupação daquela região por novas famílias de colonos.

A construção da ponte, portanto, era uma necessidade comum de todos os habitantes daquela região. Mas havia um sério problema, que no fundo é um dos pontos centrais para se compreender o contexto do documento acima transcrito. Onde seria construída? A questão pode parecer de simples resolução, mas por detrás desta simplicidade aparente estavam presentes os muitos interesses regionais de duas das principais vilas daquele sertão, Uberaba e Desemboque. O local de construção da ponte poderia significar a exclusão de uma delas do caminho principal que conectava aqueles sertões ao restante do Império. Significaria, então, o isolamento gradual. Em um momento de expansão das atividades comerciais da região, de um sistemático desenvolvimento da agricultura, de fixação de colonos no território e de consolidação da pecuária, isto seria, possivelmente, a ruína de uma das duas vilas.

Então, como resolver tal questão? Ora, era preciso apelar ao legislativo da província para argumentar sobre este conflito de interesses e demonstrar a viabilidade da construção da ponte nos locais pretendidos pelas respectivas

vilas. Obviamente as autoridades do Desemboque haviam sugerido um local específico para a construção da ponte e as autoridades de Uberaba, por sua vez, haviam sugerido outro. E é claro que estes locais estavam estrategicamente posicionados de acordo com os interesses de cada qual. O cônego Hermógenes Brunswick e o padre Antônio José da Silva,<sup>5</sup> vigário da paróquia de Uberaba desde 1820, vinham, portanto, disputando território, fregueses e influência regional desde aquele ano. Isto nos dá uma noção de como os atritos entre as duas vilas se arrastavam há tempos. No entanto, os dois religiosos mantiveram boa relação pessoal, com troca de correspondências e alimentando as mesmas aspirações políticas para o grande Império do Brasil. Parece que o próprio cônego Hermógenes seria um dos que se interessou pela indicação e nomeação do padre Antônio José da Silva para administrar a paróquia de Uberaba.

Diversos ofícios foram encaminhados pelas autoridades das duas vilas no sentido de indicar o melhor local para a construção da ponte e também de esclarecer sobre os benefícios comerciais

<sup>5</sup> Padre Antônio José da Silva foi vigário colado da matriz de Uberaba, foi também deputado geral pela província de Minas, tendo recebido o título de cônego honorário da Capela Imperial. Após a aprovação da *Lei dos Círculos*, disputou diretamente com o cônego Hermógenes Brunswick uma vaga na Assembléia Geral Legislativa, tendo sido derrotado por este último. No entanto, o padre Antônio já havia sido deputado geral nas legislaturas anteriores, ou seja, na 8ª e 9ª, período de 1850 a 1856. Para mais informações consultar: SAMPAIO, Antônio Borges. *Uberaba: história, fatos e homens*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971.

e sociais dos respectivos locais indicados. O cônego Hermógenes Brunswick era deputado provincial naquele período e tal fato certamente proporcionou certa articulação política na Assembléia no sentido de obter apoio para a construção da ponte no local de interesse do Desemboque. Tinha uma ampla rede de relações políticas, tanto na província de Minas Gerais, como na capital do Império, e não hesitou em usar destas relações pessoais para despachar relatórios técnicos, ofícios, cartas e pedidos que pudessem facilitar a construção da ponte, assim como estabelecer o local indicado por ele para a construção da mesma. Mas a influência política do padre Antônio José da Silva também era notável, pois foi também deputado provincial e geral, assim como a de outras figuras da cena política regional que atuavam em favor de Uberaba.

Entre as figuras que contribuíram para que os documentos do cônego Hermógenes chegassem às mãos certas e fossem analisados, estava o senador mineiro e aliado conservador Manoel Teixeira de Souza, o barão de Camargos. Em carta ao barão, datada de 5 de julho de 1850, o cônego esclarecia:

A natureza formou no Rio Grande, termo da Vila do Desemboque, uma cachoeira admirável, que se denomina = Jahú-guará = onde as volumosas águas do rio se reduzem a um canal de 14 palmos de latitude, ficando todo o mais leito a seco por mais de seis meses durante as secas. Ora, este favor da natureza é aproveitável para ali se levantar uma ponte, acrescentando no

lugar a facilidade do corte de madeiras, entre as quais aroeiras, que tem duração imensa, e sobre ele a pedra de abundância para os pedestais da ponte, havendo na distância de oito léguas de ótimo caminho, abundância de pedra calcária, donde formada uma cachoeira pode ser lavada a necessária cal para a obra. Tendo o Dr. Quintiliano por informação minha e doutros o conhecimento destas proporções mandou ao lugar examinadores e o oficial encarregado do exame levantou uma planta da cachoeira e orçou a obra.<sup>6</sup>

Os relatórios produzidos pelos oficiais engenheiros do Império se mostraram favoráveis aos pedidos feitos pelo cônego, cujo local indicado era mais propício para a construção da referida ponte. A obra teria um alto custo pela sua grande dimensão, pois atravessava o rio em um trecho de aproximadamente 400 metros. Não era, portanto, uma ponte qualquer, sobre um ribeirão qualquer. Por outro lado, um requerimento enviado pelos moradores da cidade de Franca do Imperador, província de São Paulo, veio corroborar as intenções do cônego de construir a ponte no local denominado Jaguara.<sup>7</sup> Era intenção

<sup>6</sup> *Carta do cônego Hermógenes Brunswick a Manoel Teixeira de Souza de 5 de julho de 1850.* Fonte: Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Casa do Pilar de Ouro Preto. Fundo: Barão de Camargos.

<sup>7</sup> O Requerimento dos moradores da cidade de Franca do Imperador foi apresentado na sessão de 2 de junho de 1857 da Câmara dos Deputados e encaminhado para ser analisado pela Comissão de Obras Públicas. Para mais informações consultar *Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1873. (Sessão

dos moradores daquela cidade que a ponte fosse levantada naquele local indicado pelo vigário do Desemboque, facilitando assim a comunicação por aquele ponto da divisão entre as duas províncias.

Naquele ponto existe uma imensa laje de pedra sobre a qual poderia ser assentada a futura ponte. O local hoje fica na divisa entre os municípios de Rifaina (SP) e Sacramento (MG), na represa denominada *Jaguara*, formada pelo Rio Grande. A construção teve início apenas após a morte do cônego, ocorrida em 1861. De acordo com o documento aqui transcrito e comentado, que data de 19 de abril de 1864, a ponte de madeira parece que já havia sido construída. Ou pelo menos podemos concluir que estava já em fase de construção. Anos mais tarde, em 1888, naquele mesmo ponto do Rio Grande, ao lado da ponte de madeira que tanto atrito causou entre as autoridades regionais, fora inaugurada a ponte de ferro da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, que adentrou o território mineiro e cuja primeira parada era a bela Estação da Jaguara.

Portanto, construída a ponte de madeira neste local a vila do Desemboque seria a maior beneficiada, mas em realidade, aquele antigo povoado aurífero estava perdendo gradativamente sua importância regional, política e econômica. As autoridades do Desemboque tinham plena consciência da decadência que se abatia sobre o velho

povoado, especialmente em função do desenvolvimento que se verificava em outros povoados da região, como era o caso, por exemplo, de Araxá, Uberaba e Sacramento. Um levantamento sobre o número de fogos do Sertão da Farinha Podre, datado de 1826, revela muito bem a distribuição demográfica entre as suas três principais vilas. São Domingos do Araxá era a vila mais povoada daqueles sertões naquele ano, com 1.812 fogos e 14.500 almas; Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba tinha 375 fogos e 3.000 almas; e Nossa Senhora do Desterro do Desemboque tinha 137 fogos e 1.100 almas.<sup>8</sup>

Fica claro, portanto, que a Vila do Desemboque, a mais antiga daqueles sertões e que fora outrora responsável por todo aquele vasto território compreendido entre os rios Paranaíba ao norte e Grande ao sul, sofreu com a diminuição populacional ao longo do século XIX, especialmente a partir da década de 1820, quando já estavam fundadas as vilas de Uberaba e Sacramento. Muitas das famílias saídas do Desemboque adentraram as novas áreas da Farinha Podre para assentar os alicerces das novas fazendas e também para povoar as novas vilas. Isto explica a preocupação da Câmara do Desemboque, naquele ano de 1864, em relação ao teor do documento aqui analisado e, conseqüentemente, em relação ao futuro da vila.

---

<sup>8</sup> CUNHA MATOS, Raimundo José da. *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. Vol. 2. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1981, p. 180.

---

de 2 de junho de 1857, 10ª legislatura, p. 473).

Não era a primeira vez que autoridades do Desemboque apelavam à Assembléia Legislativa Provincial para salvaguardar seu território ou mesmo restaurar seus antigos limites. A resolução número 429 de 19 de outubro de 1848 suprimiu a paróquia do Desemboque e incorporou seu território a Freguesia de Araxá. No entanto, os habitantes e as autoridades daquela vila, constringidos e indignados com o ato da Assembleia Legislativa provincial, se apressaram no sentido de enviar uma grande representação, composta de sete documentos, onde explicitavam detalhadamente sua indignação e a inconveniência daquele ato. Na representação, datada de 31 de janeiro de 1850, havia uma explicação histórica sobre a região e uma ampla argumentação contra a determinação da Assembleia Provincial. Diziam os habitantes do Desemboque que havia sido “aniquilada a Mãe das Paróquias. [...] malfeitoria esta que não tendo objeto algum de utilidade publica, mal podia encontrar o assento do Poder Eclesiástico reconhecido, protegido e mantido por todas as nossas instituições civis e pela própria Constituição do Estado.”<sup>9</sup>

Através da representação dos habitantes da paróquia do Desemboque é possível observar que a mesma foi suprimida em 1848, como fica claro acima, e que logo no ano seguinte, em 1849, a Assembléia Provincial determi-

nou a sua restauração, mas transferiu a sede para a capela do Santíssimo Sacramento. No entanto, os moradores contestaram também esta transferência de sede decretada pela lei provincial mineira número 452 de 20 de outubro de 1849. De acordo com os moradores do Desemboque, a capela do Santíssimo Sacramento não estava acabada, não tinha os paramentos necessários para a realização do culto religioso e também que estava localizada na divisa da freguesia e não no centro como o Desemboque. Isto dificultaria a assistência e o deslocamento dos paroquianos dos demais distritos, que se achavam, por este motivo, mais distantes da sede.

Diante da argumentação exposta na representação e dos diversos documentos anexados a ela, a Comissão de Estatística da Assembleia Legislativa Provincial resolveu atender ao pedido do povo do Desemboque e restaurou os seus antigos limites. Isto foi decretado através do projeto de resolução de 8 de abril de 1850. O artigo 1º expunha que a sede da freguesia seria a igreja matriz de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque e o artigo 2º elevava à condição de vila aquele arraial. O cônego Hermógenes Brunswick foi um dos signatários desta resolução. Naquele ano de 1850 ele era já deputado provincial e atuava como o mais ferrenho defensor dos direitos do velho arraial do Desemboque frente aos interesses das paróquias vizinhas.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> “Representação dos habitantes da Paróquia do Desemboque de 31 de janeiro de 1850”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 17, ano 1912, p. 310.

<sup>10</sup> O projeto de resolução pode ser consultado na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 17,

Por tudo isto que vimos acima e diante da apresentação de um novo pedido de supressão da paróquia do Desemboque – justamente este documento de 1864 – era possível que a Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais entendesse que esta paróquia não tinha mais condições de ser sede do município. No entanto, as autoridades da vila do Desemboque, conhecendo a realidade e temendo perdas ainda maiores, estabeleceram uma alternativa para a não supressão de sua vila. Esta alternativa nos é revelada pelo documento aqui transcrito. Era o arraial do Santíssimo Sacramento, atual município de Sacramento (MG). Este arraial havia sido fundado pelo cônego Hermógenes em 1820, com terras doadas por seus próprios pais. A localização do arraial era mais estratégica para a configuração regional daqueles idos do século XIX que a da própria sede, o Desemboque, pois os novos caminhos por ali passavam. Portanto, diante das intenções nada amistosas de Uberaba, e tendo pleno conhecimento do futuro do Desemboque, sua Câmara Municipal tratou de registrar oficialmente esta alternativa: que na pior das hipóteses fosse mantido o município e transferida apenas a sua sede para o distrito do Santíssimo Sacramento. Era apenas uma alternativa, pois o desejo maior

dos moradores do Desemboque era que tudo permanecesse como estava por todos os motivos mencionados no manuscrito.

As autoridades do Desemboque sabiam que Uberaba prosperava e que ali se verificava um grande desenvolvimento comercial. Sabiam também que ao mesmo tempo o Desemboque perdia sua velha hegemonia. Isto de fato ocorreu a partir de meados do século XIX. Neste sentido, seria a vontade da Câmara de Uberaba uma manifesta injustiça? Diante da realidade regional talvez fosse uma forma de fortalecer ainda mais a região através daquela vila, que se tornou a princesinha do sertão, um pólo importante para a economia regional, ponto de encontro de caminhos importantes que cruzavam o interior do Império e que ainda contava com uma linha férrea que se conectava rapidamente com a província de São Paulo e com a Corte. Por estes motivos Uberaba foi atraindo gente de toda a província. A vastidão de seu território proporcionou campos de criar para famílias de toda a província que ali foram se fixar e a agropecuária tornou-se uma das suas principais atividades. As fazendas eram conseguidas através de sesmarias, doações e posse, o que encorajou a fixação de novos colonos e o desenvolvimento de outras atividades, como o comércio de sal, que por sua vez acelerou a abertura de novos caminhos terrestres e também fluviais.

O Desemboque caminhou no sentido oposto, como temiam seus mora-

---

ano 1912, p. 306-307. A discussão do mesmo e o discurso do cônego Hermógenes Brunswick podem ser consultados no *Diário da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Geraes*, ano 1, números 5, 21 e 23, Arquivo Público Mineiro, Jornais Mineiros.

dores. Perdeu gradativamente a sua população para as novas áreas produtivas e quase desapareceu do mapa. Tornou-se um distrito de seu antigo distrito, a cidade de Sacramento, e já no final do século XIX entrou em completa estagnação. De qualquer forma, o povoado mais antigo e que outrora fora o mais importante daquela região, a mãe das outras vilas que ali surgiram, contribuiu para a transição entre o *Sertão da Farinha Podre* e o *Triângulo Mineiro*.

De acordo com o memorialista Antônio Borges Sampaio, que viveu no antigo Sertão da Farinha Podre e escreveu sobre a região e seus habitantes, sendo ele contemporâneo aos fatos aqui analisados, a denominação Triângulo Mineiro passou a ser usada em fins do século XIX. Como lembra Sampaio em artigo de 1906, a mudança começou a aparecer em um jornal de Sacramento intitulado *O Jaguará* por volta do ano 1884. Já em 1887 um novo jornal começou a circular com o nome *Triângulo Mineiro*.<sup>11</sup>

O documento aqui transcrito e analisado é, portanto, um relato importante sobre o período em questão e possibilita compreender alguns aspectos da história regional através dos anseios

de seus próprios habitantes. Ele é uma consequência dos conflitos travados entre duas vilas daquele antigo sertão em busca de hegemonia regional e também de participação política e econômica na vida da província e do Império, conflitos estes que fazem parte da grande colcha de retalhos que no fundo é a própria formação do Estado imperial que se deu nas suas mais diversas regiões.

### Fontes citadas

*Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1873. (sessão de 2 de junho de 1857).

*Carta do cônego Hermógenes Brunswick a Manoel Teixeira de Souza de 5 de julho de 1850*. Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência. Fundo: Barão de Camargos.

*Diário da Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*, ano 1, números 5, 21 e 23. Arquivo Público Mineiro. Fundo: Jornais Mineiros.

Projeto de resolução que restaurou os antigos limites da freguesia do Desemboque. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 17, ano 1912, p. 305-307.

Representação dos habitantes da Paróquia do Desemboque de 31 de janeiro de 1850. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 17, ano 1912, p. 305-327.

<sup>11</sup> “Sertão da Farinha Podre, actual Triângulo Mineiro”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 14, ano 1909, p. 274. No texto Antonio Borges Sampaio ressalta que “esta foi a origem da nova denominação: da geração presente poucos fazem referencia à antiga; só dela se lembra ainda um ou outro habitante que, como eu, aprecie recordações antiquadas”. E termina dizendo que “em todo o caso, o Triângulo Mineiro vê a Farinha Podre transformada por contínuo progresso. Não é mais Sertão”.

Sertão da Farinha podre, actual Triângulo Mineiro. Por Antônio Borges Sampaio. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 14, ano 1909, p. 263-287.

SAMPAIO, Antônio Borges. *Uberaba: história, fatos e homens*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971.

### Referências bibliográficas

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás do ano de 1863*. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 1979.

DOMINGOS, Marcus Caetano. *D. Hermógenes e a eleição para as Cortes de Lisboa na comarca de Paracatu e na província de Minas Gerais: 1821-1822*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP, 2007.

LUZ, Estevão de Melo Marcondes. *Um legislador nas Gerais: vida e obra do cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik (1783-1861)*. Dissertação (Mestrado em História). Franca: UNESP, 2008.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. Vol.2. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1981.

NABUT, Jorge Alberto (org.). *Desemboque: documentário histórico e cultural*. Uberaba: Fundação Cultural de Uberaba; Arquivo Público de Uberaba, 1986.  
REZENDE, Eliane Mendonça Marques de. *Uberaba, uma trajetória sócio-econômica (1811-1910)*. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 1991.